
Pauta: Valorização do sistema prisional gaúcho para efeitos de maior segurança e bem estar da nossa população

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): (14h23min) Estão abertos os trabalhos da presente reunião da Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana. Boa tarde, a agenda de hoje foi trazida pelo nosso colega Ver. Alexandre Bobadra. Quero saudar aqui os demais colegas, vereadores Medina, Prof. Alex, Pedro Ruas, Cassiá e Alexandre Bobadra. Nós, por prática, temos tido aqui, nesta presidência, que todos aqui nesta comissão terão voz, terão vez, tanto que é a terceira comissão que estamos presidindo, que eu estou presidindo hoje, sempre respeitando todos. A primeira reunião, eu digo que foi uma das reuniões que eu tive a honra de poder participar, foi sobre um tema muito importante que eu aprendi muito, e é isso que eu acho que a gente tem que ter, tem que respeitar as pautas dos nossos colegas. A segunda reunião foi sobre a coordenação dos conselhos tutelares, para poder auxiliar os conselheiros, este ano é um ano de eleição, e, automaticamente, quem presidiu, quem levou a reunião, fui eu, até por poder participar e ter todo esse conhecimento legítimo por quase 20 anos como conselheiro tutelar. Então, esta comissão, na minha presidência, vai ser assim, respeitando todos e fazendo com que a gente consiga não tratar de assuntos para nós próprios, e sim o melhor para as nossas comunidades, porque esta comissão é feita para isso, para nós resolvermos o bem da nossa comunidade, dos nossos porto-alegrenses, que é a maior intenção desta comissão. Passo a palavra para os demais colegas e de antemão agradeço por mais essa oportunidade de estar.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Um breve registro, presidente, muito obrigado. Se o Ver. Alex Fraga me permitir, falo em nome dele também porque nós teremos conjuntamente um ato agora no Centro, hoje são cinco anos da morte de Marielle Franco, nossa companheira do PSOL, assassinada no Rio de Janeiro, é um ato importante e não poderemos ficar na reunião da CEDECONDH até o final. Mas esta reunião é muito importante, acho que o Ver. Bobadra foi muito feliz na ideia, há um pleito de justiça no que é reivindicado e com certeza

terá nosso integral apoio. Então, parabéns Ver. Bobadra, parabéns, presidente Conselheiro Marcelo, cumprimento também o Ver. Cassiá Carpes, Ver. Medina; depois, no andamento, faremos uma pequena saída, mas estaremos juntos ao final, num encaminhamento que for feito aqui pela Comissão. Muito obrigado.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Obrigado, Ver. Pedro Ruas. O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Boa tarde a todos. Quero desejar uma boa semana e solicitar, presidente, como será um debate de conteúdo de interesse das partes que estarão aqui, que eles possam compor a Mesa, para fazer um debate de igual para igual, com boa panorâmica, dando visibilidade, dando oportunidade a vocês de falarem aqui. Também, como temos feito de praxe, passarmos o comando para Ver. Bobadra, que é o proponente, naquele ciclo de oportunidades, ou seja, quem tem as demandas comanda o processo. Nesse sentido, foi assim que fizemos durante dois anos com presidente, e o Ver. Conselheiro Marcelo tem feito da mesma forma. A única coisa, Ver. Conselheiro Marcelo, por uma experiência que tivemos aqui, a maioria permaneceu, que sempre,, no encerramento, tenhamos, coloquemos as questões que foram debatidas e as preocupações para o futuro, que são os encaminhamentos; deixar sempre um encaminhamento para que possamos ali, caso, porventura, tenha faltado algum detalhe, depois seja elaborado pela própria Comissão, já que o que nós vamos fazer aqui, as cópias taquigráficas, todos as questões vão ficar para Comissão; às vezes o encaminhamento, tu podes buscar lá para trás, na hora que tu esqueceres ou na hora que não tomaram providências. Aí, a gente vai buscar os encaminhamentos e vê que, naquela oportunidade, foi encaminhado que devíamos colher certas informações, fazer visita a um órgão ou a uma comunidade; enfim, acho que é muito importante o encaminhamento final, essa é a nossa experiência aqui na Comissão. Obrigado.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Obrigado, Ver. Cassiá. Então passo a presidência dos trabalhos, para fazer as considerações, até por

esta pauta tão importante, Ver. Alexandre Bobadra; na vez passada a pauta era dos conselheiros tutelares, então, automaticamente, me senti muito confortável em presidir. Agradeço por essa pauta tão importante, que é, principalmente nessa missão, que esses atores tem de fundamental para nossa sociedade

(Ver. Alexandre Bobadra assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE ALEXANDRE BOBADRA (PL): Boa tarde a todos, boa tarde a todas as pessoas, a todos os presentes. Nossa terceira reunião da CEDECONDH do ano; a primeira foi sobre a questão indígena, proponente Ver. Pedro Ruas; a segunda, a questão dos conselhos tutelares, proponente o Ver. Marcelo Conselheiro; e a terceira, a pauta da segurança pública, principalmente no âmbito da capital dos gaúchos, Porto Alegre. Por óbvio é um dia muito quente, 40 graus, as entidades, certamente, muitas delas estão lá no evento que vai agora o Ver. Pedro Ruas e o Ver. Alex Fraga, mas mesmo assim estamos aqui com a TVCâmara, temos um bom público e é importante deixar registrado, pois esse é um tema de extremo valor para o Estado do Rio Grande do Sul, e principalmente aqui para cidade de Porto Alegre, que tem o maior efetivo de servidores da segurança. O maior efetivo de servidores da segurança fica capital dos gaúchos e na região Metropolitana. Convido para compor a Mesa o Sr. Saulo Felipe Basso dos Santos, do Sindicato dos Policiais Penais do Rio Grande do Sul; o Sr. Roberto José Larrossa, da Associação de Oficiais Estaduais do Rio Grande do Sul. Se tiver algum outro representante de classe, venha nos prestigiar aqui na Mesa.

Antes de passar para as entidades, quero fazer uma rápida preliminar sobre o motivo da nossa reunião. Nós sabemos que nós estamos passando por um período de mudança de paradigmas no nosso País. Não estou dizendo qual lado está certo ou está errado, mas estamos passando por um período de mudança e temos que enfrentar isso com tranquilidade. Os servidores da segurança pública não pararam durante a pandemia, os servidores da Brigada Militar, da Polícia Civil, do IGP, dos Bombeiros, da Polícia Penal. Enfim, trabalharam com afinco pensando nos 11,5 milhões de gaúchos, e agora os servidores estão

passando por uma dificuldade muito grande, muitos anos sem a sua reposição inflacionária, e nós estamos vendo o governo do Estado que está voltando a cobrar ICMS sobre combustíveis, o Estado tem, sim, recurso financeiro, tem dinheiro, e o Estado está encaminhando uma reposição de 18% para o Ministério Público, para o Tribunal de Contas, para a Assembleia Legislativa e para o Poder Judiciário. Eles merecem? Claro que merecem, mas a segurança pública também merece. Também vamos debater aqui um pouco da questão do sistema prisional do Rio Grande do Sul, e vou deixar essa parte para o presidente do Sindicato dos Policiais Penais do Rio Grande do Sul. Passo a palavra ao representante da Associação de Oficiais Estaduais do Rio Grande do Sul.

SR. ROBERTO JOSÉ LARROSSA: Boa tarde a todos. Agradecemos o convite da Câmara de Vereadores para estar aqui presente. Viemos para acompanhar os trabalhos, mas nós não tínhamos conhecimento dessa comissão. Estamos à disposição para interagir com a comunidade de Porto Alegre. A nossa associação é estadual e nas questões de Segurança Pública. É um prazer estar com vocês na tarde de hoje.

PRESIDENTE ALEXANDRE BOBADRA (PL): Convido o Tenente Diógenes para compor a mesa, representando o pessoal da Brigada Militar, a ABAMF. Agradecemos a presença de todos. Pedimos para cada um dos colegas da Segurança, que vieram nos prestigiar hoje, que falem sobre as pautas da Segurança. Falamos aqui sobre a questão da reposição dos 8% do MP, do Tribunal de Contas, do Poder Judiciário, que é uma pauta também da Segurança, que eles merecem uma segurança. E não menos importante o Saulo vai falar sobre a questão do sistema prisional do Rio Grande do Sul, e nós queremos que tu fales um pouco sobre as demandas da Brigada Militar.

SR. DIOGENES BERTHES DA SILVA: Boa tarde a todos, no primeiro momento eu só quero agradecer o convite, mas quero falar que a gente não está aqui representando a Associação ABAMF, como tu mencionaste, porque a gente convidou o presidente e ele está em Uruguaiana, com outras demandas e não

conseguiu chegar a tempo. A gente realmente tem uma vasta demanda, basta a histórica defesa da nossa categoria, vamos dizer assim, um batalhador classista, embora não esteja à frente, novamente de alguma entidade.

A gente viu nos últimos quatro anos, desse desgoverno, muitas perdas com relação à questão salarial e também de perdas de direitos. Elegeu-se novamente o governador, e a gente volta à tona, o que fazer, durante esses quatro anos para repor essas perdas, e onde também agora, recentemente, está afetando. Está afetando não só no bolso, mas também no psicológico, na pressão psicológica de uma profissão que é tão desvalorizada, também pela sociedade, mas principalmente por nossas autoridades. A gente tem que parar para pensar a que ponto a gente vai tomar essas iniciativas, levantar essa bandeira de rever todos os problemas que nós temos, para que a gente possa ali na frente estar revertendo todos os processos de perdas, que não é só da inflação que já deve estar estourando os 40%, mas todas as perdas que eu estou relatando, com certeza as nossas identidades vão tomar a frente. Eu sou só, simplesmente um apoiador delas e vamos estar juntos para voltar a esta carga, vamos dizer assim, de termos uma segurança pública efetiva e proativa para melhorar a nossa sociedade.

PRESIDENTE ALEXANDRE BOBADRA (PL): Maravilha, obrigado Tenente Diógenes. O Sr. Saulo Felipe, presidente do Sindicato dos Policiais Penais Rio Grande do Sul, está com a palavra.

SR. SAULO FELIPE BASSO DOS SANTOS: Preliminarmente quero saudar os vereadores que estão na Mesa, em especial o vereador e colega Bobadra que é o proponente desta atividade. Antes de entrar em algumas questões que rapidamente eu vou abordar, eu, pessoalmente, nos últimos dois dias, fiz contato com diversos presidentes de entidades representativas de classe da área da Segurança Pública, tanto da Polícia Civil como da Brigada Militar e dos Bombeiros, tentando sensibilizá-los da importância desta agenda, mas eu acho que – até comentei com o Bobadra ontem – se tivéssemos programado isso com um pouco mais de antecedência, não é como crítica de forma alguma, nós

teríamos condições de mobilizar mais pessoas, porque as pautas, realmente, são muito importantes. Eu falo em relação a mim, porque a gente roda muito o Estado, a nossa realidade é bem complexa e grande, então, às vezes, a gente já tem outras agendas e a gente não consegue reprogramar.

Então falar, inicialmente, sobre sistema prisional para as pessoas que não tem dimensão, acho que algumas conhecem com um pouco mais de proximidade, nós estamos falando de um sistema prisional que tem 43.600 e alguma coisa presos, em números redondos 44 mil presos. Nós estamos falando em 7.500 colegas policiais penais agora, depois da votação em 1º e 2º turno da PEC que criou a Polícia Penal do Rio Grande do Sul em simetria com a legislação federal que, em 2019, criou no escopo nacional na nossa Carta Magna. Então, são 7.500 colegas, 44 mil presos e 153 cadeias. Seguidamente, quando a gente dá entrevista para TV, para rádio, para jornais e a gente faz aquele papo do esquentar antes de começar a gravar, o repórter pergunta: presidente, quantas cadeias são no Estado mesmo, 30, 40? Eu digo não, são 153. Então, como o Rio Grande do Sul tem 497 municípios, eu estou afirmando, a grosso modo, que a cada três cidades do Estado do Rio Grande do Sul nós temos uma cadeia. A nossa realidade realmente é muito complexa, é muito ampla, hoje nós temos mais colegas na ativa da antiga SUSEP, agora Polícia Penal, do que tem a Polícia Civil. Por exemplo, só para ilustrar, juntando todos os agentes da Polícia Civil e os delegados, o sistema prisional tem mais servidores na ativa hoje.

Pois bem, voltando às questões que eu queria rapidamente abordar – vou, inclusive, entregar os documentos para comissão –, quero dizer que nós, da segurança pública, quando saímos para cumprir as nossas funções, nós entregamos para a sociedade o nosso bem maior do ser humano que é a vida. Então nós, sim, entregamos o nosso bem maior, quando nos despedimos das nossas famílias, nós, em geral na Susepe, fazemos plantão, tem colegas que fazem expediente, mas a grande maioria faz plantão, então quando a gente sai para as 24 horas, às vezes numa outra cidade, nós estamos entregando a nossa vida pelo bem maior para a comunidade gaúcha, para a sociedade. Dentro desta perspectiva, como o Ver. Bobadra mencionou, e, somando à questão do covid, porque nesses dois anos de pandemia todos fizeram o movimento de dar um

passo atrás, o isolamento social priorizando os seus familiares, os seus amigos, mas nós, da segurança pública, assim como os colegas da saúde pública, eu sempre menciono isso nas minhas falas, nós fizemos o movimento inverso; nós demos um passo à frente, nós tivemos contato com o vírus, com as diversas variações do vírus, porque em Erechim tinha um vírus circulando, em Santa Vitória do Palmar tinha outra variação, em Osório era um outro tipo, em Livramento um outro tipo, em Santiago mais um tipo. Só para pegar os extremos do Estado e o centro, são 153 cadeias. Então nós fizemos o movimento contrário de enfrentamento para salvaguardar a sociedade gaúcha, nesses dois anos. E agora, no momento que nós estamos discutindo questões de fundo financeiro, a possibilidade constitucional que foi garantida, inclusive no ano passado, pelo governador, que seria feito agora a cada ano, a nossa resposta de forma preliminar, por parte da secretária da Fazenda, da secretária Priscila, inclusive ela é gaúcha, é de que neste momento o governo estaria fechando a porta para essa possibilidade. Isso nos deixa pasmos, perplexos, inconformados, visto que poucos dias depois, como o Ver. Bobadra mencionou, para o Ministério Público, para a Defensoria Pública, é protocolado então um projeto na Assembleia que está em fase preliminar que trabalha nesse percentual de 18%. Então nós achamos isso completamente descabido, completamente irracional, inclusive, já dissemos para o chefe da Casa Civil e para a secretária Priscila, na oportunidade. Só para pontuar que eu não sei quanto tempo nós temos aqui, então é isso, vamos entregar o documento para a Comissão, pedindo um posicionamento e uma posterior manifestação em relação a isso. Acho que seria importante a Comissão avaliar e mandar depois de maneira oficial esse posicionamento para o gabinete do governador, enfim, o fluxo eu não entendo direito como é, mas os vereadores competentes aqui da Comissão vão poder construir. E especificamente então em relação a demandas do sistema prisional, que são as demandas que hoje nós estamos discutindo, primeiro: projeto de ampliação do quadro de vagas. Nós não temos hoje mais vagas em diversas classes, em diversas funções, não mencionei também porque os agentes penitenciários são os mais conhecidos, mas nós temos no sistema prisional quatro funções: os agentes penitenciários administrativos – equivalente aos

escrivães de polícia, só para exemplificar –, os técnicos superiores penitenciários, que são basicamente assistentes sociais, psicólogos, advogados, enfermeiros entre outros, e nós temos também os monitores, que hoje é um cargo em extinção. Por mais que 90% do efetivo seja de agentes penitenciários – são os mais conhecidos, agora denominados policiais penais – temos outras três funções no sistema. Na maioria dessas funções nós não temos mais vagas para progressão de regime e para chamamento.

PRESIDENTE ALEXANDRE BOBADRA (PL): Eu quero chamar para compor a mesa o delegado Fernando. Acostumado com o setor de inteligência, chegou quieto! Este é o delegado Fernando, representando a Associação dos Delegados de Polícia do Rio Grande do Sul.

SR. SAULO FELIPE BASSO DOS SANTOS: Continuando, então, e até para encaminhar a minha parte final da intervenção. As nossas principais demandas são a ampliação do quadro de vagas, como mencionei nós não temos vagas em diversas letras e isso inviabiliza o chamamento de novos servidores, não tem como o governo querer abrir novas casas prisionais, já existe um movimento natural de aposentadorias, de afastamentos por questões psíquicas, por questões de saúde, gente que está priorizando a vida pessoal então entra em licença para assuntos particulares, então já existe movimento natural de perda de efetivo, o déficit já é tremendo; aí o governo divulga que vai abrir novas cadeias e não faz o movimento para contornar isso no sentido de chamar mais servidores – essa pauta tem relação direta também com chamamento de colegas aprovados. Nós temos também a necessidade de que esse cargo mencionado, dos APAs, agora seja de nível superior, porque os outros cargos para ingresso há bastante tempo já são nível superior. Sobre a regulamentação da polícia penal, que eu rapidamente mencionei na minha fala inicial: no passado, resultado da PEC da polícia penal – o Rio Grande do Sul foi o penúltimo estado da Federação a votar a PEC –, agora nós vamos encaminhar o segundo momento, que é o da regulamentação. A questão da equiparação salarial com a Polícia Civil, que até 2013 isso estava contornado, arredondado, recebíamos

exatamente o que ganha um agente da Polícia Civil; em função de uma situação pontual de um movimento de greve e seus desdobramentos nós perdemos esse valor, não vou pormenorizar detalhes disso, porque não cabe, mas nós queremos recuperar isso, que já estava equacionado, arredondado, quando foi implementado o subsídio, tanto que lá em 2013, 2014 recebíamos a mesma coisa. E a aposentadoria especial para todos os policiais penais, houve alteração na reforma previdenciária e diversos servidores ficaram preteridos, prejudicados nessa questão.

Para finalizar, a perspectiva que, em nível nacional, já foi encaminhada em nível de governo federal e em vários outros estados, que é paridade e a integralidade para todos os servidores que entraram até 2019, em função da Emenda Constitucional nº 103, que no próprio corpo, no próprio texto da emenda existe, então, essa perspectiva, essa possibilidade. Repito: o governo federal já implementou isso para todos os servidores da área da segurança – Polícia Rodoviária Federal, Polícia Federal, Polícia Penal Federal – e vários outros estados fizeram “um copia e cola”, e estão construindo, avançando, implementando essa pauta. O Rio Grande do Sul continua atrasado. Então, rapidamente, eu acho que eu fiz um apanhado, não sei se esgotei o tempo, se extrapolei, eu te peço desculpa, Bobadra.

PRESIDENTE ALEXANDRE BOBADRA (PL): Obrigado presidente Saulo, que fez uma excelente explanação sobre a segurança e principalmente sobre o sistema prisional. Já falou a Brigada Militar, com dois representantes, agora, a Polícia Penal. Vamos passar para o delegado Fernando, presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Rio Grande do Sul.

SR. FERNANDO EDISON DOMINGUES SOARES: Inicialmente, boa tarde a todos, uma homenagem especial ao nosso presidente em exercício, Ver. Bobadra, quero parabenizá-lo por essa excepcional oportunidade de dar a palavra à segurança pública, mais uma vez. Aqui, como presidente da Associação dos Delegados de Polícia, é importante que nós estejamos emanados em busca dos mesmos objetivos. Quando se fala em segurança

pública, eu penso – ao menos, é o meu pensamento – que se fala em todo o conjunto, não de forma segmentada: Polícia Civil, Brigada Militar, Polícia Penal, peritos, enfim. Nós temos que falar no conjunto porque é uma máquina rotativa que começa na prevenção. No momento em que não se conseguiu evitar o crime, vem a Polícia Judiciária que vai buscar os objetivos, as provas, a motivação do crime. Precisamos da perícia para trazer essa prova de forma bem clara. Vem o Ministério Público, o Judiciário e, depois, a Polícia Penal também, concluindo todo o ciclo completo. Eu falo muito do ciclo completo, mas no aspecto de cada categoria, cada entidade trabalhando dentro da sua atribuição, nós acabamos tendo esse ciclo todo completo. E nós passamos, sem sombras de dúvidas, presidente Bobadra – aqui eu vejo o Saulo também, cumprimento toda a Mesa na sua pessoa e todos os colegas que aqui estão – um momento muito difícil, onde nós, atualmente, temos um governo do Estado que, nos últimos quatro anos, lamentavelmente, demonstrou não gostar de funcionário público, ao menos essas foram as atitudes que ficaram de forma bem evidenciada, tratando-nos, da segurança pública, de forma genérica. Não querendo ser melhor do que os outros, mas nós devemos lembrar que segurança pública é 24 horas, junto com algumas outras carreiras de estados, trabalhando, independente da instituição que tu estás. Na pandemia, morreram muitos colegas de todas as entidades que estão aqui: Brigada Militar, Polícia Penal Polícia Civil, peritos, morreram muitos, porque nós saíamos e levávamos a infecção para dentro de casa. Nós tínhamos que trabalhar, e sabemos que mais de 50% do período da pandemia nós trabalhamos sem máscaras oferecidas pelo governo, nós ganhávamos da sociedade – da sociedade – que se reunia, através de doações, para dar máscaras e luvas para nós trabalharmos, e o governo não veio reconhecer isso, ainda que tenhamos perdido, e nós perdemos muitos policiais civis. Fizemos um minuto de silêncio na Praça da Matriz; quando fizemos, ano passado, um movimento em homenagem a esses policiais que morreram e não são reconhecidos. Para dizer o quê? Que a segurança pública tem que ter um olhar diferenciado, e o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, lamentavelmente, não tem tido esse olhar diferenciado.

Nós tentamos, no ano passado, e tem os colegas aqui, o Saulo e os colegas da Brigada também, nós tentamos, chegamos a reunir, em certo momento, as dezenove entidades da segurança pública para buscar as demandas salariais junto ao governo, reposição das perdas inflacionárias. Para o governo é muito importante tratar de forma segmentada cada um com as suas demandas, porque assim ele acaba muitas vezes dando um “milhinho” para cada um, e a gente acaba se dando por satisfeito.

Eu acho muito relevante essa reunião que o nosso presidente em exercício está fazendo aqui, para cada vez mais unir as entidades de segurança pública, para que venhamos todos a postular principalmente a questão das recomposições. A inflação está aí na nossa porta, só não enxerga quem não quer. A inflação está cada vez maior no nosso dia a dia. As facções, lamentavelmente, estão se fortalecendo. Nós estamos voltando àqueles momentos horríveis de acordar de manhã e encontrar um cadáver sem cabeça, sem partes do corpo; já está acontecendo novamente, pessoal. Nós estamos aí com os roubos aumentando, todos os índices estão voltando novamente. Não é porque nós não estejamos trabalhando. É porque existe muita propaganda em cima da segurança pública e pouco retorno para os profissionais da área. É isso que eu penso. Todo mundo continua saindo de casa, trabalhando, se doando, fazendo o que tem que fazer, fazendo aquilo que gosta, porque para trabalhar na segurança pública não é por questão financeira, é porque tu tens que ser um apaixonado efetivamente, tu tens que gostar muito, porque realmente tu deixas a tua família, tu doas a tua vida.

Eu mesmo, eu gosto de trazer sempre o meu exemplo vivo. Eu sou filho de policial que morreu em serviço. Eu tinha 7 anos quando meu pai saiu de casa, saiu para uma diligência policial e voltou dentro de um caixão. Eu gosto de citar isso não é para fazer sensacionalismo, porque a gente sempre ouve essa questão: “O policial doa a vida”. Sim! O policial doa a vida, e nós devemos ter vários exemplos aqui. Quantos colegas que lamentavelmente a gente sabe que saiu de manhã e não retornou. Todos os que estão nesta Mesa, eu não tenho dúvida de que todos nós da Mesa aqui teve uma grande perda, ou foi um parente ou foi um amigo ou foi um colega, enfim, e realmente nós lamentamos muito.

Estamos, sim, cobrando do governo do Estado, entendemos que agora, nos próximos quatro anos, ainda não estamos em guerra, não queremos explodir ponte. Achamos, Ver. Bobadra, que é um momento de diálogo, de conversa, de convencimento, mostrar para o governo, e esse é um momento importante que as entidades devem, sim, cobrar. Qual é o grande erro? E o ano passado, os colegas das outras entidades, e eu já falava para eles, independentemente de quem ganhar a eleição, nós temos que começar a bater na porta do governo em janeiro. O que nós fazemos de errado sempre, Ver. Bobadra? A gente espera, o primeiro ano, o governo assumir para organizar a casa; no segundo ano, ele pede mais um tempo; no terceiro, começa a nos receber; e, no quarto, nos manda embora com qualquer valor, e nós acabamos ficando satisfeitos. Nós temos, sim, que, em todos os meses de janeiro, as entidades de classe, cada vez mais cobrar.

Para finalizar a minha manifestação, agradeço e quero dizer o seguinte, acho que sim, devemos, cada vez mais, os órgãos municipais, os órgãos estaduais, os órgãos federais se unirem e se fortalecerem para que nós tenhamos a proteção do cidadão, que é o motivo da nossa existência, esse é o motivo de uma entidade de classe, esse é o motivo como servidor da área de segurança pública.

Eu me coloco inteiramente à disposição de todos e quero dizer o seguinte: ainda é hora de diálogo. Nós devemos, sim, e, se nós tivermos uma moção da Câmara de Vereadores, dos vereadores de Porto Alegre, nos valorizando, os servidores da segurança pública em todos os âmbitos, com certeza, isso será de extrema valia. Vocês não imaginam o tamanho da repercussão que isso pode ter. Muitas vezes, não sai no jornal, não sai na imprensa, não sai da televisão, mas lá nos gabinetes tem repercussão, e é isso que nós precisamos, ter esse apoio para que nós possamos continuar saindo de casa e nos sentirmos seguro cada vez mais. Então, presidente, eu agradeço de todo o coração e, se lamentavelmente o governo não reconhecer e não dialogar, aí eu acho que nós, as entidades de classe, temos que pensar um pouquinho mais adiante e temos que começar a fazer o enfrentamento, porque, se a segurança pública vai mal, o Município vai mal, o Estado vai mal, porque ninguém investe. Se a segurança vai mal, pessoal,

não sobra nada, não preciso falar muito porque nós estamos vendo o resultado aí do dia a dia. Muito obrigado, presidente.

PRESIDENTE ALEXANDRE BOBADRA (PL): Obrigado, delegado Fernando, brilhante fala.

SR. ROBERTO JOSE LARROSSA: Ver. Bobadra, eu estava aquecendo ainda, mas a nossa situação não é diferente das demais entidades, demais categorias da segurança pública, pelo contrário. O que mais nos choca é o governo, tanto estadual como federal, falar tanto em cumprir leis, eu acho que tem que partir deles dar o exemplo. O governador Eduardo Leite entrou com uma ação de inconstitucionalidade, em Brasília, está trancada, questões de previdência dos servidores. Nós temos um problema grave, que é o suicídio, mas muito desse descontrole emocional e psicológico de nossos colegas passa pela insegurança jurídica, porque nós não somos valorizados e, quando a gente recebe uma benesse, digamos assim, um reconhecimento, a gente percebe que existem forças que trabalham contra.

Em nível federal, fazendo um panorama, nós temos uma expectativa, estamos trabalhando juntamente com a nossa nacional, Associação Nacional de Entidades Representativas dos Militares Estaduais e Pensionistas – ANERMB, para aprovação do nosso estatuto dos militares estaduais, policiais, e bombeiros militares, também apoiando a Polícia Civil e a Polícia Penal. Também tem esse estatuto que vai regular a vida, dando uma nova cara na carreira e uma expectativa, porque todos nós trabalhamos buscando um reconhecimento. A partir do momento em que a gente perde a esperança de uma melhoria, de uma expectativa de carreira, de reconhecimento, o profissional trabalha desmotivado e também causa esse transtorno psiquiátrico, que muito está sendo debatido, mas, com certeza, passa pelas atitudes do governo em relação a seus servidores. Então, em nível federal, nós temos muita expectativa em relação ao PL nº 3045/22, que atualmente recebeu esse número no Senado Federal, visto que o PL nº 4363 passou na Câmara dos Deputados e agora está no Senado Federal.

Em nível estadual, nós, nesse início de governo, temos uma expectativa grande de diálogo com o governo. Encaminhamos a ele, através de uma audiência com secretário de segurança, fomos muito bem recebidos lá, mas estamos aguardando. Já faz três semanas desse encaminhamento das nossas demandas, temos perdas históricas e temos questões inflacionárias, inclusive, acho que é o mínimo que o governo pode nos dar, que é a reposição da inflação. Já foi falado anteriormente e é isso que o servidor quer. Ele quer que haja uma estabilidade jurídica, uma estabilidade salarial, para que ele possa desempenhar, com tranquilidade, as suas funções, o que acredito ser fundamental para nossa sociedade como um todo.

PRESIDENTE ALEXANDRE BOBADRA (PL): Obrigado, tenente. O tenente Diógenes Berthes da Silva está com a palavra.

SR. DIOGENES BERTHES DA SILVA: Bobadra, primeiramente, quero te parabenizar pela iniciativa. O brasileiro começa a funcionar a partir de março, não adianta, é o ano que se inicia, e é o momento em que a gente começa a voltar à realidade e sentir, vamos dizer assim, o drama de todas essas falas que antecederam com relação à prioridade que é a questão da Segurança Pública, que nós estamos reunidos aqui.

Parabenizar pela forma de abrir este espaço para que as nossas entidades possam ter mais um elemento para poder se reunir e levantar todas as demandas e, quiçá, mais e mais reuniões como esta possam ser debatidas, e trazer mais ao público. E levantar – compete a ti – com relação à questão de quanto a comissão pode ajudar, vamos dizer assim, as entidades a encaminharem essas documentações atinentes às nossas demandas. Eu tenho certeza de que nas próximas reuniões deverão ser bem debatidas pelas entidades com o apoio da comissão. Por isso que eu parabenizo a iniciativa.

PRESIDENTE ALEXANDRE BOBADRA (PL): Obrigado tenente Diógenes. O Sr. Saulo Felipe está com a palavra.

SR. SAULO FELIPE BASSO DOS SANTOS: Perfeito. Agradecer, então, mais uma vez pela oportunidade. O Fernando quando chegou eu já estava na minha fala final. A intervenção final foi sobre as questões que a gente tem que chorar um pouco não é, Fernando? São essas questões específicas do sistema prisional, mas, no início a minha fala, foi toda em relação à segurança pública como um todo. Dou acordo completo à tua fala, à tua intervenção. Cada um cumpre uma função nesse processo, que é um processo com atribuições complementares, mas a luta tem que ser por toda a segurança pública no contexto geral.

E só reafirmar, mais uma vez, que nós vamos protocolar, no final dessas falas, algumas questões para provocar a comissão para que possa assim se manifestar, voltar, encaminhar aquelas questões que foram rapidamente externadas por mim.

PRESIDENTE ALEXANDRE BOBADRA (PL): Obrigado, Saulo. Um encaminhamento aqui, Presidente Marcelo. Eu hoje eu estou como presidente em exercício, mas o presidente é V.Exa., sou vice-presidente. Presidente num ano, vice no segundo e vice no terceiro, mas é melhor ser vice do que colorado. Marcelo, eu acho importante a gente trazer aqui a Brigada Militar, a Polícia Civil, a Polícia Penal. Hoje não teve nenhum colega da perícia dos Bombeiros, mas a gente se dá muito bem com Henrique, com o Bira. Tenho certeza de que eles vão avalizar a nossa decisão.

Presidente, já tinha conversado com o Ver. Cassiá, com o Ver. Medina, Ver. Ruas, Ver. Alex Fraga e com V. Exa., para que fosse entendimento da Mesa, para não ser Plunct Plact Zum não chega a lugar nenhum que, no final aqui, possamos chegar a um consenso, e a comissão encaminhar um documento para a Secretaria de Segurança, para governo do Estado. Porque, às vezes, eles querem que a gente vague pelo mundo, quem veio primeiro o ovo ou a galinha. Então sugiro que nós sejamos específicos: Ministério Público, Tribunal de Contas, Poder Judiciário, Assembleia Legislativa vão ganhar 18%, e merecem, vão ganhar e merecem, mas a segurança pública também merece. Claro que o índice inflacionário chega a 40%, mas quem inventa é o Pontes de Miranda.

Então, o que cabe, nesse momento, da mesma forma as entidades da segurança colarem esses 18% do Ministério Público e do Tribunal de Contas. O que o senhor acha, delegado Fernando? (Pausa.) Acho uma boa né?! Não sei se a Mesa dá consenso? Então, por unanimidade, vamos encaminhar esse documento, não é presidente Marcelo.

VEREADOR CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Bom, eu fico muito confortável, até porque eu venho de uma família de brigadianos; três tios brigadianos e um morreu em combate também. Então eu sei o que que é isso, eu sei desse papel tão importante que vocês representam na nossa sociedade, e tem que ser respeitado sim. Esta comissão aqui, até no início eu estava falando que ela é uma comissão muito importante nesta Casa, porque nós estamos trazendo pautas fundamentais para a sociedade, onde a gente trata de diversos temas, mas sempre para o bem comum na nossa sociedade, porque esse é o caminho da CEDECONDH, fazer, de forma concreta, com que as coisas que estamos tendo êxito... Há pouco tempo o Ver. Pedro Ruas, na primeira reunião que nós tivemos, na questão dos indígenas, ele disse que teve um resultado muito positivo. Por quê? Porque nós estamos tratando com muita seriedade, tanto é que essa pauta é uma pauta do nosso colega Alexandre Bobadra, e é ele que está presidindo. Então nós estamos tratando dessa forma para dar legitimidade, principalmente no que tange a essa questão da segurança, que é com o Bobadra; Conselho Tutelar, direito da criança e do adolescente é comigo. Eu fui conselheiro tutelar por 20 anos aqui na cidade de Porto Alegre, então nós nos sentimos muito confortáveis.

Coloco esta comissão à disposição, na minha presidência, juntamente com o vice-presidente os demais colegas que têm sido muito atenciosos e muitos parceiros nas pautas que estão sendo trazidas a esta comissão. Então, para encaminhamento, estaremos recebendo esse documento que, prontamente, junto com os demais colegas da comissão, para protocolar junto ao governo do Estado, enfim à Casa Civil, para que a gente possa não ficar no blá-blá-blá. Então é isso. Agradeço.

PRESIDENTE ALEXANDRE BOBADRA (PL): Então, mais uma vez para complementar a fala do presidente Marcelo, agradecer a presença de todos. Nós vamos formular esse documento. Vamos encaminhar para o governo Estado, para a Casa Civil, para a Secretaria de Segurança. Um abraço a todos. Muito obrigado pela participação. Fiquem com Deus. Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião. (Palmas.)

(Encerra-se a reunião às 15h06min.)

TEXTO SEM REVISÃO